

Editorial

Apresentamos uma nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 1, do volume 13, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado do Paraná e de todo Brasil, com temas de Direito Penal e Processo Penal, Direito Administrativo, Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Constitucional e Direito Econômico.

No âmbito do Direito Penal e Processo Penal o artigo “A aplicação pelo juiz de medida diversa da estabelecida em sentença judicial condenatória: uma análise do ativismo e do garantismo judicial” analisa as decisões judiciais que fixem outro cumprimento de pena, em razão da falta de vaga em estabelecimentos penais. Para tanto, foi realizado um levantamento doutrinário partindo do surgimento do ativismo judicial, finalizando com decisões dos tribunais.

Continuando na seara penal, o texto “O instituto da delação premiada no combate as organizações criminosas” realiza uma análise da validade ética e jurídica da Lei nº12.850/13 e sua relevância para combater o crime organizado. Diante disso, parte-se da observação das influências que as organizações detêm e da dificuldade do Estado para

enfrentá-las, finalizando com uma análise da referida lei.

No âmbito do Direito Administrativo, no trabalho “O papel da Lei de Improbidade Administrativa para a Minimização de condutas ineficientes” foi realizada uma pesquisa com base na Lei de Improbidade Administrativa e nos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de 01/01/2010 a 19/12/2015, que versavam sobre a responsabilização dos agentes. Foi feito um levantamento de condutas que geraram responsabilidade na forma culposa, visando identificar quais eram as causas que tornavam as condutas dos agentes tão ineficientes.

Continuando na seara Administrativa, o trabalho “Desenvolvimento econômico e o abuso do poder: ‘uma visão sobre a dinâmica econômica brasileira diante do abuso do capital’” estuda a regulação econômica realizada pelo Estado brasileiro e o embate contra a abusividade e a desigualdade do interesse econômico e a legislação política de um estado social com o escopo de atingir o bem comum. A partir daí, realiza uma análise da doutrina, legislação e jurisprudência pertinentes ao tema.

No tocando ao Direito Empresarial, o estudo “‘Disregard Doctrine’: a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica” realiza uma análise teórica do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, analisando desde a origem do instituto, passando pelas teorias menor e maior da desconsideração, e finalizando

com as mudanças provenientes do Código de Processo Civil de 2015.

No âmbito do Direito Tributário, o artigo “Imposto de renda da pessoa física e pessoalidade: uma relação precária e em deterioração” tem como enfoque esse tributo em face de uma investigação sobre a concretização do princípio da capacidade econômica. Realiza essa análise com base em dados disponibilizados pela Secretária da Receita Federal, no período de 2001 a 2014.

Dentro da mesma área do Direito Tributário, em “Tributação como instrumento de redução das desigualdades no Brasil” desenvolve-se um estudo que procura demonstrar que a desigualdade de renda e de riqueza podem ser reduzidas por meio de um sistema tributário equânime. Visando atingir o seu objetivo, o trabalho, inicialmente, estuda como é distribuída a carga tributária brasileira, para, posteriormente, verificar os princípios da capacidade contributiva e progressiva dos impostos como instrumentos hábeis e eficazes para reduzir a desigualdade.

Por fim, ainda no campo do direito tributário, vinculado com o direito urbanístico, é apresentado o artigo “Crise do Estado e o IPTU progressivo no tempo como instrumento de intervenção no desenvolvimento do espaço urbano”, com o escopo de investigar a utilização do IPTU progressivo como meio para compatibilizar o desenvolvimento urbano com a função

social da propriedade.

Na área do Direito Constitucional, o conflito entre o direito ao esquecimento e o direito à informação é objeto de estudo do artigo “Direito ao esquecimento: uma análise jurídica da jurisprudência atual do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)”. Com esse objetivo, os autores analisaram diversos julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para compreender como a matéria está sendo concretamente resolvida naquele tribunal.

A respeito do Direito Econômico, “A influência do Mercosul no Desenvolvimento da economia criativa no Brasil” analisa a importância da integração promovida pelo MERCOSUL para o desenvolvimento da Economia Criativa em nosso país. Assim, o trabalho utiliza desde o conceito de economia criativa e seus aspectos históricos até o estudo dos impactos da participação do Brasil no bloco regional para esse desenvolvimento.

Nessa edição, a revista ainda conta com a resenha da obra “Da ética geral à ética empresarial” de Newton de Lucca e “Direito Aplicado ao Agronegócio: uma abordagem multidisciplinar”, organizado por Rafaela Aiex Parra.

Esperamos que apreciem a leitura de nossa primeira edição deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti